



Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º DE 2021
(Da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle)

Solicito informações ao Ministro de Estado da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, a fim de disponibilizar, de acordo com o texto apresentado na MP 1.031/2021, chamada de MP da Eletrobras, os estudos de impactos que fundamentaram o texto e também os benefícios aos consumidores.

Senhor Presidente,

Solicita-se a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno desta Casa, ouvida a Mesa, que sejam solicitadas as seguintes informações:

- i. ao Ministério da Economia para disponibilizar os estudos realizados para embasar a MP 1.031/2021 e também aqueles que garantiram impactos benéficos aos consumidores de acordo com o texto proposto.

Incumbe salientar que as informações solicitadas decorrem da aprovação do **Requerimento nº 131/2021 – CFFC** (cópia anexa), de autoria do Deputado Kim Kataguiri (DEM/SP), subscrito pelos Deputados Elias Vaz, Aluisio Mendes, Helio Lopes e Jorge Solla, aprovado pelo plenário desta Comissão, em reunião extraordinária do dia 23/06/2021.

Sala da Comissão, 24 de junho de 2021.

Deputado Aureo Ribeiro
Presidente





ANEXO

REQUERIMENTO Nº 131 , DE 2021

(Do Sr. Deputado KIM KATAGUIRI)

Solicito informações ao Ministro de Estado da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, a fim de disponibilizar, de acordo com o texto apresentado na MP 1.031/2021, chamada de MP da Eletrobras, os estudos de impactos que fundamentaram o texto e também os benefícios aos consumidores.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 115 e 116 no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), que sejam solicitadas informações ao Ministério da Economia para disponibilizar os estudos realizados para embasar a MP 1.031/2021 e também aqueles que garantiram impactos benéficos aos consumidores de acordo com o texto proposto.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 06/06/2021 foi publicado um documento produzido pela AESEL (Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema Eletrobras)¹ demonstrando que não foram apresentados estudos suficientes de que a capitalização da Eletrobras, como estabelecida na MP 1.031, diminuiria a tarifa de energia.





Desde o princípio do debate acerca do texto apresentado e votado, foi amplamente questionada a alegação de que o texto submetido a votação de fato energia, por exemplo.

É sabido que faz parte do processo legislativo e do exercício salutar da democracia o fomento ao debate e também a transparência do processo para com os seus agentes diretos e com a população como um todo.

O que se verifica neste ponto em que o processo já está em estágio avançado após a aprovação do texto aprovado no Senado Federal é que estes estudos, tanto os que embasaram a redação textual da Medida Provisória quanto aqueles que supostamente concluíram por impactos benéficos aos consumidores finais, não foram disponibilizados em qualquer meio para consulta.

Portanto, faz-se necessária a aprovação deste requerimento para que o respectivo ministério apresente tais estudos sob pena de prejuízo da lisura e lhanza do processo legislativo e do debate público no processo de privatização de uma das maiores empresas do Brasil.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 2021.

Deputado KIM KATAGUIRI (DEM/SP)

